SEE AC

Professor – Língua inglesa

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Interpretação de textos diversos 1
Principais tipos e gêneros textuais e suas funções 3
Semântica: sinônimos, antônimos, sentido denotativo e sentido conotativo 18
Emprego e diferenciação das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, artigo, verbo, advérbio, preposição e conjunção; Tempos, modos e flexões verbais; Flexão de substantivos e adjetivos (gênero e número); Pronomes de tratamento 20
Colocação pronominal 41
Concordâncias verbal e nominal 43
Regências verbal e nominal 45
Mecanismos de coesão e coerência textuais 48
Crase 50
Ortografia (conforme Novo Acordo vigente) 51
Pontuação 56
Acentuação 61
Figuras de linguagem 63
Relação entre a linguagem verbal e outras linguagens 67
Sintaxe da oração e do período 70
Reescritura de frases 74
Funções da linguagem 76
Vícios de linguagem 78
Discursos direto, indireto e indireto livre 80
Uso da língua em diversos contextos sociais 84
Redação de documentos oficiais 86
Questões 123
Gabarito 131

MATEMÁTICA

Campos Numéricos (números naturais, inteiros e racionais) 1
Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão 15
Equações de 1° e 2° grau 17
Sistemas de equações de 1º e 2º graus 24

Maxi educa

SUMÁRIO

Razão e proporção 28
Regra de três (simples e composta) 31
Porcentagem. Juros simples 33
Conjuntos: linguagem básica, pertinência, inclusão, igualdade, união e interseção 38
Interpretação de gráficos e tabelas (dados estatísticos) 44
Lógica sentencial (ou proposicional) e Estruturas lógicas 51
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões 59
Princípios de contagem e probabilidade. Análise combinatória e probabilidade: arranjos, combinações, permutações simples, probabilidade de um evento e resolução de problemas 64
Geometria Plana e Relações Métricas 71
Geometria Espacial e Relações Métricas 88
Questões 96
Gabarito 105

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

HISTÓRIA DO ACRE

Historiografia e realidade étnica e social do Acre: O processo de ocupação das terras acreanas. A anexação das terras acreanas ao Brasil 1
Diversidade e distribuição da população indígena nas terras acreanas 4
Os ciclos da borracha e a migração nordestina.A produção da borracha, Sistema de aviamento e a insurreição 6
Organização política e social do estado do Acre 8
Derrocada do extrativismo e a chegada da pecuária intensiva 10
A chegada dos “paulistas” as terras acreanas nas décadas de 1970 a 1980 12
Os empates e o êxodo rural acreano 14
Processo de urbanização acreana 16
Comemorações cívicas 19
Expressão literária acreana 21
Política e economia do Acre: Indicadores socioeconômicos 23
Ocupação, utilização e disputa pela posse de terras entre os povos indígenas e grupos de interesse socioeconômico durante os ciclos da borracha 23
Setores da economia acreana. Produto Interno Bruto. Atividades econômicas relevantes no estudo da história da Amazônia e do Acre 26
O emprego e as formas de ocupação no Acre 28
Formas de produção indígena 31
Questões 33

SUMÁRIO

Gabarito 39

GEOGRAFIA DO ACRE

Amazônia e características gerais: O espaço acreano; Aspectos geográficos e ecológicos da Amazônia e do Acre; O território do Acre, municípios e populações do Acre: população e localização; Nova configuração do mapa. Microrregiões; Atuais municípios; Relevo, vegetação e suas características, clima, solo, hidrografia, fluxo migratório, extrativismo e Zoneamento Ecológico do Acre; Hidrografia: Bacia Amazônica e principais rios do Acre; Formação econômica do Acre 1
Processo de anexação do Acre ao Brasil: tratados e limites 12
Modos de vida no campo e na cidade 19

LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Constituição da República Federativa do Brasil (Art. 205 a 214) 1
Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 6
Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - (Artigos 1º a 6º; 15 a 18; 60 a 69) 37
Resolução CEE/AC Nº 246/2019 - Estabelece normas que organizam e orientam a oferta do Ensino Médio, no âmbito do Estado do Acre, face as alterações na Lei 9.394/1996, pela Lei 13.415/2017, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular 40
Portaria Nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018 (*) que estabelece os referenciais para elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino Médio 55
Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica 68
Resolução CEE/AC Nº 336 DE 30/12/2021 Publicado no DOE - AC em 7 abr 2022 que aprova o Currículo de Referência Único do Estado do Acre para o Novo Ensino Médio e sua implementação no Sistema de Ensino do Acre 85
Resolução CEE/AC 136/2019 que dispõe sobre o Currículo de Referência Único do Acre, sua implantação e Implementação 91
Lei Federal nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação 95
Lei Estadual nº 2.965/2015 - Plano Estadual de Educação 118
Resolução CNE/CP nº 01/04 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnicoraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana 120
Resolução CEE/AC nº 277/2017 - Altera no que couber a Resolução CEE/AC nº 166/2013 que estabelece normas para a Educação Especial, no tocante ao atendimento de pessoa com deficiência ou altas habilidades nas Escolas de Educação Básica do Estado do Acre 122
Questões 135
Gabarito 142

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

Teorias de aprendizagem 1
As principais Tendências Pedagógicas liberais e progressistas 8
A Didática e o processo de ensino-aprendizagem 20
Avaliação na aprendizagem 30
Concepções de Currículo: teorias críticas e pós-críticas 37
Gestão democrática 47
Didática da Educação: Planejamento de ensino, projeto de educação, plano de curso, plano de aula 54
Metodologias de Ensino 67
Taxonomias de objetivos de aprendizagem 68
Projeto Político Pedagógico (PPP) 70
Temas contemporâneos transversais (TCTs) 80
A educação escolar e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) 89
Questões 92
Gabarito 97

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Purpose: Use structure, vocabulary, grammar, lecture strategies inside and outside texts 1
Translate texts as really are, however in a different way 3
Subject: Grammar: Nouns (gender, countable and uncountable) 5
Articles (indefinite and definite) 6
Prepositions 7
Conjunctions 10
Verbs (conjugation, verb tense (present, past and future), auxiliary verbs, regular verbs, gerund, infinitive, modal verbs, anomalous verbs and common verbs) 14
Adverbs (Kinds, comparative Degree of Superiority, Comparative Degree of Equality and Comparative Degree of Inferiority and Superlative) 18
Adjectives (Comparative Degree of Superiority, Comparative Degree of Equality and Comparative Degree of Inferiority and Superlative) 22
Pronouns (personal, relative, interrogative, possessive, adjective, reflexive, demonstrative) 25
Interjections 27
Lecture Strategies, Skimming, Cognate, Connective, Text References, Prefix and Suffix 30
Vocabulary (Synonym and Antonym) 33

Passive Voice 34
Direct and Indirect Speech 36
Tag Endings 38
If-Clause 41
Problematic Pairs 44
Read, Comprehend, Understand and analyses the elements from text will give you basis to answer the interpretative and grammar questions 46
The indefinite articles: a / an. Plural of nouns 49
Personal and reflexive pronouns. Possessive adjectives and pronouns 49
Interrogative words 49
Prepositions 52
Simple present tense 52
Present continuous tense 52
Simple future 53
Modal verbs 53
Question tag 61
Simple past tense 61
Present perfect tense 62
Questões 62
Gabarito 69

Língua Portuguesa

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

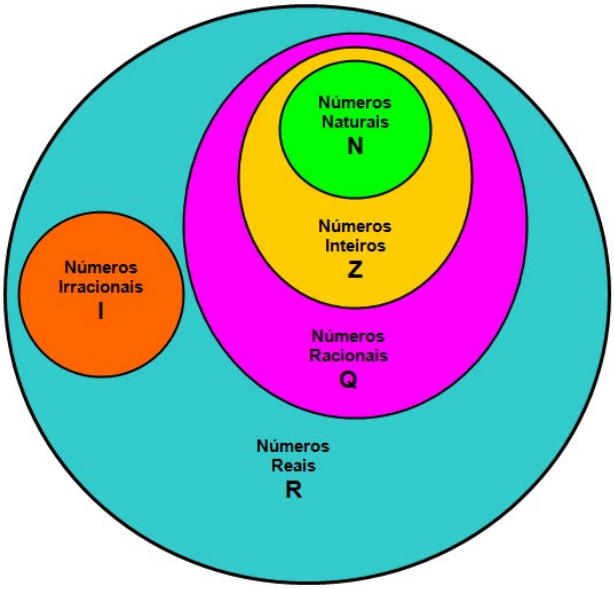
A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.

Matemática

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: N = {0, 1, 2, 3, 4, ...}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.



CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como N = {0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, …}

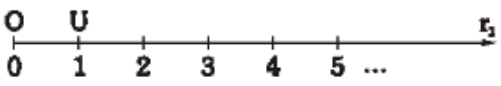
O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

N* = {1, 2, 3, 4…} ou N* = N – {0}: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.

Np = {0, 2, 4, 6…}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais pares.

Ni = {1, 3, 5, 7..}, em que n ∈ N: conjunto dos números naturais ímpares.

P = {2, 3, 5, 7..}: conjunto dos números naturais primos.



$\mathbb{N} = \{0; 1; 2; 3; 4; 5; 6; ....\}$

História do Acre

O Estado do Acre desempenhou um papel relevante na história da região Amazônica durante a expansão da economia da borracha no fim do século XIX pelo potencial de riqueza natural dos rios acreanos e pela qualidade e produtividade dos seringais existentes em seu território. O Acre foi cenário do surgimento de organizações sociais e políticas inovadoras nas últimas décadas do século XX baseadas na defesa do valor econômico dos recursos naturais. E hoje, tendo optado por um modelo de desenvolvimento que busca conciliar o uso econômico das riquezas da floresta com a modernização de atividades que impactam o meio ambiente, reassume importância estratégica no futuro da Amazônia. O Acre vem mostrando que é possível crescer com inclusão social e proteção do meio ambiente.

O povoamento humano do Acre teve início, provavelmente, entre 20 mil e 10 mil anos atrás, quando grupos provenientes da Ásia chegaram à América do Sul após uma longa migração e ocuparam as terras baixas da Amazônia. Registros arqueológicos só recentemente estudados vem permitindo o conhecimento das origens dessas culturas imemoriais. Mas foi do conflito entre grupos indígenas e migrantes nordestinos que se originou a sociedade acreana tal como a conhecemos na atualidade.

Em meados do século XIX, quando a região amazônica começou a ser conquistada e inserida no mercado, a ocupação dos altos rios Purus e Juruá pelos povos nativos apresentava uma divisão territorial entre dois grupos linguísticos com significativas diferenças: no Purus havia o predomínio de grupos Aruan e Aruak, do mesmo tronco linguístico, no vale do Juruá havia o predomínio de grupos Pano. Cinco grupos nativos diferentes ocupavam os espaços da Amazônia Sul Ocidental.

A ocupação do território habitado por indígenas e que hoje forma o Estado do Acre teve início com o primeiro ciclo econômico da borracha, por volta da segunda metade da década de 1800. Esse ciclo, que marcou os Estados da Amazônia, em geral, está associado com a demanda industrial internacional da Europa e dos EUA, a partir de fins do século XIX. Para suprir à procura pela borracha, foi organizado um sistema de circulação de produtos e mercadorias conectando seringueiros e seringalistas que comandavam a produção na Amazônia a comerciantes do Amazonas e Pará e grupos financeiros da Europa, lançando os fundamentos da empresa extrativa da borracha.

A ocupação do Estado do Acre, diferentemente de outros Estados da Amazônia, apresenta algumas particularidades que merecem destaque, por suas consequências sociais, culturais e políticas. Grande parte dessas particularidades está associada com questões fundiárias históricas e as lutas que essas desencadearam, desde 1867, quando o governo do Império do Brasil assina o Tratado de Ayacucho, reconhecendo ser da Bolívia o antigo espaço que hoje pertence ao Estado do Acre.

A partir de 1878, a empresa seringalista alcançou a boca do rio Acre controlando a exploração em todo o médio Purus e, em 1880, ultrapassou a Linha Cunha Gomes, limite final das fronteiras legais brasileiras, expandindo-se para território boliviano. Intensa seca ocorrida na região nordestina, em 1877, disponibilizou a mão de obra necessária para o empreendimento extrativista, população que não estava conseguindo a sobrevivência em fazendas e pequenas propriedades agrícolas do Nordeste. Na sequência, em 1882, os migrantes que vieram do Nordeste brasileiro, fugindo das secas, fundaram o seringal Empresa, que mais tarde veio a ser a capital do Acre, Rio Branco.

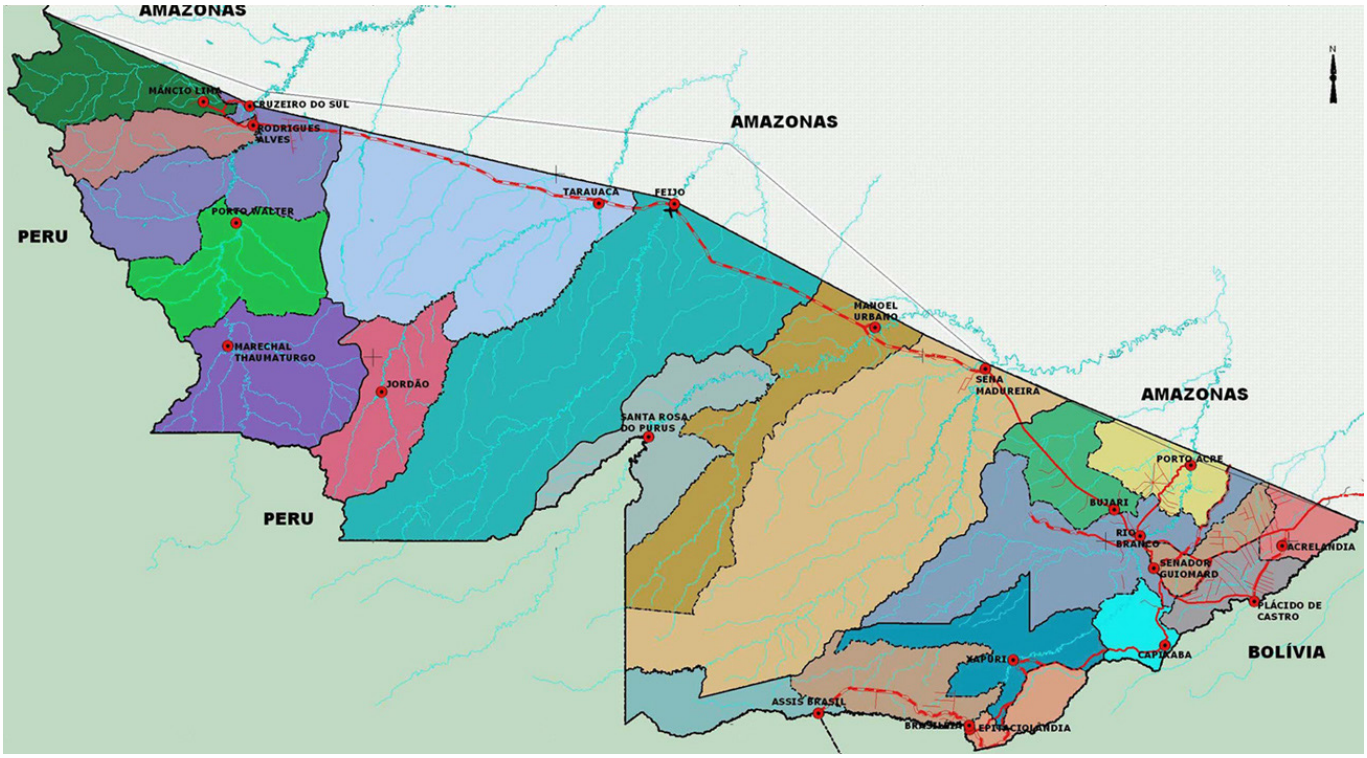
Nessa época, o governo da Bolívia pretendia passar o controle do território do Acre para o Anglo- Bolivian Syndicate de Nova York, por meio de um contrato que concedia não só o monopólio sobre a produção e exportação da borracha, como também auferia os direitos fiscais, mantendo ainda as tarefas de polícia local. A reação dos acreanos se concretizou com a rebelião de Plácido de Castro. Também o governo brasileiro iniciou ações diplomáticas, capitaneadas pelo Barão de Rio Branco.

Em 1901, Luís Galvez, com o apoio do governador do Estado do Amazonas, proclamou o Acre Estado Independente, acirrando os conflitos entre bolivianos, seringueiros e seringalistas. As negociações entre o governo brasileiro e o boliviano chegaram a um acordo em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, por meio do qual o Brasil incorporou ao território nacional uma extensão de terra de quase 200 mil km², que foi entregue a 60 mil seringueiros e suas famílias para que lá pudessem exercer as funções extrativas da borracha.

Historicamente, a migração dos nordestinos ampliou as fronteiras do país na Região Norte e contribuiu para a geração de riquezas oriundas do crescente volume e valor das exportações brasileiras de borracha no período. A crise de preços desse produto, nos primeiros anos do século XX, acabou dando origem a um modelo de ocupação baseado em atividades de subsistência e comerciais em escala reduzida, dependente diretamente dos recursos naturais disponíveis no local. Contudo, a partir de 1912, o Brasil perdeu a supremacia da borracha. Esse fato foi ocasionado pelos altos custos da extração do produto

Geografia do Acre

Mapa Político do Acre[1]



CONVENÇÕES

Sedes Municipais
Nova Linha Cunha Gomes
Divisão Regional
Limites municipais
Rodovia implantada
Rodovia pavimentada
Estradas vicinais
Curso d'água, lago, lagoa perenes
Aerodromo
Aeroporto

LEGENDA

Acrelândia
Assis Brasil
Brasiléia
Bujari
Capixaba
Cruzeiro do Sul
Epitaciolândia
Feijó
Jordão
Mâncio Lima
Manoel Urbano
Marechal Thaumaturgo
Plácido de Castro
Porto Acre
Porto Walter
Rio Branco
Rodrigues Alves
Santa Rosa do Purus
Sena Madureira
Senador Guiomard
Tarauacá
Xapuri

ESCALA 1: 3.500.000

35 0 35 70 Quilômetros

Projeção Geográfica

FONTE:

Base Cartográfica - Folhas 1:250.000, da DSG e limite das Unidades de Conservação, fornecidos pelo CSR/IBAMA em formato digital;
Dados fundiários, fornecidos pelo INCRA; e
Limites das Terras Indígenas, fornecidos pela DAF/FUNAI.

EXECUÇÃO:

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA

GEOPROCESSAMENTO:
Airton Gaio Júnior - SECTMA/ZEE
Eduardo Honório de Lacerda - IBAMA

1 http://www.mapas-brasil.com/acre.htm

– Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

– Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino **superior e técnico**
Estados e DF	Ensino **fundamental e médio**
Municípios	Educação **infantil e ensino fundamental**

https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b

TÍTULO VIII
DA ORDEM SOCIAL

(...)

CAPÍTULO III
DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

Conhecimentos Pedagógicos

O processo de conquista do conhecimento pelo aluno ainda não está refletido na avaliação. Para Wachowicz & Romanowski, embora historicamente a questão tenha evoluído muito, pois trabalha a realidade, a prática mais comum na maioria das instituições de ensino ainda é um registro em forma de nota, procedimento este que não tem as condições necessárias para revelar o processo de aprendizagem, tratando-se apenas de uma contabilização dos resultados.

Quando se registra, em forma de nota, o resultado obtido pelo aluno, fragmenta-se o processo de avaliação e introduz-se uma burocratização que leva à perda do sentido do processo e da dinâmica da aprendizagem.

Se a avaliação tem sido reconhecida como uma função diretiva, ou seja, tem a capacidade de estabelecer a direção do processo de aprendizagem, oriunda esta capacidade de sua característica pragmática, a fragmentação e a burocratização acima mencionadas levam à perda da dinamicidade do processo.

Os dados registrados são formais e não representam a realidade da aprendizagem, embora apresentem consequências importantes para a vida pessoal dos alunos, para a organização da instituição escolar e para a profissionalização do professor.

Uma descrição da avaliação e da aprendizagem poderia revelar todos os fatos que aconteceram na sala de aula. Se fosse instituída, a descrição (e não a prescrição) seria uma fonte de dados da realidade, desde que não houvesse uma vinculação prescrita com os resultados.

A isenção advinda da necessidade de analisar a aprendizagem (e não julgá-la) levaria o professor e os alunos a constatarem o que realmente ocorreu durante o processo: se o professor e os alunos tivessem espaço para revelar os fatos tais como eles realmente ocorreram, a avaliação seria real, principalmente discutida coletivamente.

No entanto, a prática das instituições não encontrou uma forma de agir que tornasse possível essa isenção: as prescrições suplantam as descrições e os pré-julgamentos impedem as observações.

A consequência mais grave é que essa arrogância não permite o aperfeiçoamento do processo de ensino e aprendizagem. E este é o grande dilema da avaliação da aprendizagem.

O entendimento da avaliação, como sendo a medida dos ganhos da aprendizagem pelo aluno, vem sofrendo denúncias há décadas, desde que as teorias da educação escolar recolocaram a questão no âmbito da cognição.

Pretende-se uma mudança da avaliação de resultados para uma avaliação de processo, indicando a possibilidade de realizar-se na prática pela descrição e não pela prescrição da aprendizagem.

Avaliação da Aprendizagem[1]

A noção de aprendizagem está, em sua origem, associada a ideia de apreensão de conhecimento e, nesse sentido, só pode ser compreendida em função de determinada concepção de conhecimento - algo que a filosofia compreende como base ou matriz epistemológica. A partir de tais concepções, podem ser focalizadas três possibilidades de definição de aprendizagem:

“Aprendizagem é mudança de comportamento resultante do treino ou da experiência”

Esta seria a definição mais impregnada e dominante no campo psicológico e pedagógico e, certamente, a mais resistente às proposições alternativas. Funda-se na concepção empirista formulada por Locke e Hume. Realimenta-se do positivismo de Comte, com seus ideais de objetividade científica, ao final do século XIX e se encarna como corrente behaviorista, comportamentista ou de estímulo-resposta, no início do século XX. Valoriza o polo do objeto e não o do sujeito, marcando a influência do meio ou do ambiente através de estímulos, sensações e associações. Reserva ao sujeito o papel de receptáculo e reprodutor de informações, através de modelagens comportamentais progressivamente reforçadas e dele expropria funções mais elaboradas que tenham relação com motivações e significações. Neste modelo, aprendizagem e ensino têm o mesmo estatuto ou identidade, pois a primeira é considerada decorrência linear do segundo (em outros termos: se algo foi en

1 *http://crv.educacao.mg.gov.br/*

Conhecimentos Específicos

Introdução

No estudo da língua inglesa, entender o “Purpose” (propósito) de um texto é fundamental para a compreensão total da mensagem que o autor deseja transmitir. O propósito, neste contexto, refere-se à razão pela qual o autor escreveu o texto, seja ele um artigo, uma redação acadêmica, um discurso ou até mesmo uma simples mensagem de e-mail.

Identificar o propósito é uma habilidade essencial, tanto na leitura quanto na produção de textos, e envolve uma compreensão aprofundada de diversos elementos, como a estrutura textual, vocabulário utilizado e escolhas gramaticais. Compreender o propósito de um texto permite ao leitor captar não apenas o conteúdo literal, mas também as intenções e nuances subjacentes da comunicação.

Este conhecimento é particularmente útil em contextos acadêmicos e em concursos públicos, onde muitas questões de interpretação de texto giram em torno da identificação correta do propósito do autor. A seguir, discutiremos em detalhes como a estrutura, o vocabulário e a gramática podem indicar o propósito, além de estratégias de leitura que ajudam a detectá-lo com precisão.

Estrutura e Variação de Propósito em Textos

Um dos principais indicativos do propósito de um texto é a sua estrutura. Cada tipo de texto segue um formato que está intimamente ligado ao objetivo que ele busca alcançar. Por exemplo, um texto narrativo será organizado de forma diferente de um texto persuasivo ou de um artigo informativo.

Tipos de propósito e estrutura associada:

- Texto Informativo: O propósito é transmitir informações ou explicar algo. Geralmente, esses textos seguem uma estrutura lógica, com introdução, desenvolvimento e conclusão claros. Exemplo: Artigos de jornais, relatórios.

- Texto Persuasivo: O objetivo é convencer o leitor sobre uma determinada opinião ou ação. Normalmente, esses textos utilizam argumentos fortes, com evidências e apelos emocionais ou lógicos. Exemplo: Artigos de opinião, propagandas.

- Texto Narrativo: O propósito é contar uma história. Esses textos seguem uma estrutura com começo, meio e fim, com foco no desenvolvimento de personagens e eventos. Exemplo: Contos, romances, relatos.

- Texto Instrucional: O objetivo é ensinar ou orientar o leitor a realizar uma tarefa. Geralmente, esses textos são organizados de forma sequencial, com passos claros. Exemplo: Manuais de instrução, receitas.

Ao analisar a estrutura de um texto, o leitor pode começar a inferir qual é o propósito principal. Se o texto está organizado em torno de argumentos, por exemplo, o propósito provavelmente é persuadir. Se o texto fornece instruções claras, é provável que o objetivo seja instrucional.

Vocabulário Relacionado ao Propósito

Outro elemento chave para identificar o propósito de um texto é o vocabulário utilizado. Palavras e expressões específicas podem sugerir o objetivo do autor. Por exemplo, o uso de uma linguagem emocional em um texto pode indicar que o propósito é persuadir, enquanto o uso de termos técnicos pode sugerir que o texto é informativo.

Exemplos de vocabulário associado a propósitos:

- Informativo: Nesses textos, o vocabulário tende a ser neutro e factual, sem apelos emocionais. Termos como “segundo dados”, “estatísticas mostram”, “é evidente que” indicam um tom informativo e objetivo.

- Persuasivo: O vocabulário tende a ser mais subjetivo e carregado de emoções. Palavras como “deveria”, “é essencial que”, “não se pode negar” sugerem um apelo para a mudança de opinião ou ação do leitor.

- Narrativo: Em narrativas, o vocabulário se concentra em descrever eventos, ações e emoções. Verbos de ação como “correu”, “gritou” e descrições detalhadas de cenários e personagens são comuns.